



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA
25 DE JUNHO DE 2021 – N.º 12/2021 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e António da Conceição Moreira. Verificou-se a ausência da Senhora Vereadora Casimira Pereira Alves, por motivos de férias. Secretariou a reunião Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Dirigente da Unidade Orgânica Financeira da Câmara Municipal de Alpiarça.-----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:-----

Ponto 01 - Proposta – Cedência de terreno para afetação ao Domínio Público. -----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 02 – Proposta – Atribuição de Subsídio ao Centro Popular de Cultura e Recreio do Casalinho.-----

Município de Alpiarça.-----

Para Deliberação:-----

Ponto 03 – Licença Especial de Ruído, com início às 20,00h e termo às 23,59h do dia 26/06/2021, para realização do evento “Musica ao Vivo - Miguel Barbosa”, a realizar no Jardim/Esplanada D. Dion, em Alpiarça.-----

Requerente: Valter & Ana, Hotelaria, Lda.-----





Para Deliberação:-----

Ponto 04 – Proposta – Revisão Orçamental N.º 2.-----

Município de Alpiarça.-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 05 – Prestação de Contas do Ano de 2020.-----

Município de Alpiarça.-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 06 – Minuta de Contrato Empreitada de Obras Públicas de “Requalificação da Escola EB2,3/S – José Relvas de Alpiarça”.-----

Município de Alpiarça.-----

Para Deliberação:-----

ABERTURA DA REUNIÃO-----

--- A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e dezasseis minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e um, com um total de disponibilidades de 737.114,49 Euros (setecentos e trinta e sete mil, cento e quatorze euros e quarenta e nove cêntimos).-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

--- O senhor Presidente começou por dar informações sobre o ponto da situação da Covid 19 no Concelho de Alpiarça, referindo que se registavam naquele momento quatro casos ativos, tendo havido já trezentas e três pessoas que tinham recuperado da doença, seis óbitos, no total





acumulado de trezentos e treze casos, o que dava uma incidência à volta dos setenta casos por cem mil habitantes. Em relação à vacinação, informou que já tinham sido administradas três mil oitocentas e cinquenta e nove doses, sendo que mil novecentas e treze já tinham a vacinação completa e mil novecentas e quarenta e seis ainda só tinham a primeira a dose.-----

--- Tomou a palavra o senhor Vereador João Arraiolos, para informar que se tinha iniciado a pavimentação de um conjunto de ruas na sede de Concelho, e que iriam ser retomadas as obras da Escola Básica do 1.º Ciclo, logo após o final das aulas. Continuou a intervenção, referindo que a segunda fase das obras de reabilitação do Mercado Municipal estava a decorrer dentro da normalidade, e que tinham sido desenvolvidos os trabalhos de substituição de todas as condutas daquela zona, por parte das Águas do Ribatejo, sendo que também iria ser intervencionada a rede de eletricidade e a de comunicações.-----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, questionando que tipo de intervenção é que estava a ser feita numa sala da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça e quem é que estava a supervisionar tal intervenção, bem como se havia alguma autorização ou informação do Ministério da Cultura, designadamente do departamento que acompanhava e validava as obras de restauro em edifício históricos, museus e outros edifícios com valor cultural. Continuou a intervenção, referindo que tinha tido a informação de que o Município tinha adquirido equipamento informático, para renovar o material informático em termos de hardware, pelo que queria saber quanto é que tinha importado tal aquisição, se tinha sido renovado todo o parque de computadores e a quem é que tinham sido adquiridos os novos computadores. Relativamente ao asfaltamento da Estrada da Lagoalva, perguntou se já tinha sido lançado um procedimento e tinha ficado deserto ou se iam lançar o procedimento agora, juntando aquela estrada as outras que estavam fora do plano que tinha sido apresentado inicialmente. Quanto às obras da segunda fase do Mercado Municipal, questionou se a intervenção na substituição das condutas e o enterramento de cabos de eletricidade e de telecomunicações, já estava prevista no âmbito da empreitada que tinha sido lançada, ou se tinham sido situações que tinham sido consideradas a posteriori, e em tal caso quanto é que tais intervenções importavam em termos de valor. -----

--- Tomou a palavra o senhor Vereador António Moreira, começando por dizer sobre a situação da Covid-19, que o Concelho continuava numa situação mais ou menos bem controlada. Continuou a





intervenção, referindo que as aulas do 1.º ciclo terminavam a seis de julho e a CAF do Município só começava a doze de julho, pelo que alguns pais estavam com dificuldades em encontrar soluções para deixar os filhos nos dias sete, oito e nove, pelo que questionava se era possível a Autarquia fazer alguma coisa para colaborar com tal situação. De seguida, em relação às obras que estavam a decorrer ao lado da Igreja, referiu que tinha sido cortado o acesso aos quintais de algumas famílias que ali habitavam, sendo que as pessoas tinham que deixar os carros no Largo dos Águias, no espaço de acesso aos Águias ou na Praça Velha, com todos os inconvenientes que isso acarretava, embora a situação fosse de fácil resolução pela empresa, pelo que perguntava se a Câmara Municipal não podia tomar providências para resolver o problema.-----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, para questionar se o Executivo já tinha tomado alguma decisão em relação à realização do Festival do Melão e da Alpiagra, tendo em conta que se previa que a situação da pandemia se pudesse agravar nos próximos tempos. Referiu, ainda, que a Câmara Municipal de Almeirim tinha procedido à certificação do melão, mais precisamente à indicação geográfica da produção de um melão com certas características, sendo que essa não tinha sido uma opção do Município de Alpiarça, estando apenas registada no catálogo nacional a semente Manuel António, embora isso não constituísse uma certificação de um produto de origem protegida, pelo que questionava o que pretendia o Executivo fazer para defender um produto que na verdade tinha origem no território de Alpiarça.-----

--- Tomou a palavra o senhor Presidente, para explicar que a intervenção levada a cabo no Salão Império da Casa dos Patudos era relativamente simples, e consistia em forrar a parede com tecido e retocar parte da pintura, não constituindo por isso uma intervenção de fundo, que obrigasse a qualquer parecer externo, cabendo no âmbito da autonomia da Câmara Municipal enquanto entidade que geria o Museu. Em relação às questões colocadas sobre a programação dos eventos, nomeadamente, a Alpiagra e o Festival do Melão, explicou que tais eventos não se iriam realizar nos moldes tradicionais, sendo que estavam a ponderar realizar apenas alguns eventos alternativos, que passariam também pela programação cultural, como era exemplo o programa “Alpiarça - Cultura a 4Tons”. Disse, ainda, que iriam procurar fazer o que já havia sido feito no ano anterior, no sentido de virar a programação para o exterior, nomeadamente, com a realização de um programa de televisão, que serviria como divulgação das atividades do Concelho, bem como





do melão, da melancia, dos vinhos, do turismo e da gastronomia, numa tentativa de tentar combater a impossibilidade de realizar os certames da forma habitual. Em relação ao melão de Almeirim, frisou que independentemente da certificação formal, o mesmo já era reconhecido como Melão de Almeirim havia algumas décadas, apesar de ser produzido sobretudo em Alpiarça, e nos últimos tempos um pouco por todo lado. Explicou que a Câmara Municipal de Alpiarça já tinha avançado com o processo de classificação da semente Manuel António, como variedade nacional, sendo uma semente do território geográfico do Concelho, produzida em Alpiarça por Alpiarçenses, e também com o processo de classificação do melão Manuel António, que se encontrava suspenso por falta de uma Associação de Produtores própria e pela inexistência de uma área mínima de produção que era necessário existir, o que atualmente não acontecia. Salientou que a Câmara Municipal apostava muito na promoção de Alpiarça como terra de melão, como terra historicamente ligada à produção de melão e a pessoas que sabiam produzir melão de qualidade. Quanto à questão da CAF, informou que tinha visto a situação com o Gabinete de Educação e que não era possível antecipar o seu início, uma vez que, havia a necessidade de deixar preparada a Escola EB1/JI de Alpiarça para o reinício das obras, e como tal, afetar as funcionárias aos trabalhos necessários para transferir os materiais e equipamentos daquela escola para outros locais. Em relação às obras ao lado da Igreja, reconheceu que as mesmas provocavam algum transtorno, embora a vontade do Executivo fosse provocar o mínimo de constrangimentos aos moradores, o que nem sempre era possível, e por vezes as pessoas ficavam descontentes. -----

--- Tomou a palavra o senhor Vereador João Arraiolos, para explicar que os investimentos de substituição de computadores eram concretizados de forma gradual, conforme as situações que iam surgindo, sendo que aquele investimento maior tinha sido feito ao nível dos servidores e de toda a rede de switching da Câmara Municipal, tratando-se de um investimento que estava em orçamento havia alguns anos, mas que só agora tinha sido possível concretizar. Continuou a intervenção, explicando que inicialmente tinha informado que iriam dividir as pavimentações em três lotes, nomeadamente, um lote das ruas da sede de Concelho, outro da Estrada dos Gagos e as três ruas do Frade de Cima, e o outro que seria só a Estrada da Lagoalva, sendo que o primeiro lote estava em execução, o segundo em fase de desenvolvimento do procedimento, que tinha ficado deserto, e por isso, como era necessário reformular tal procedimento, iriam fazer apenas um





concurso com a Estrada da Lagoalva, a Estrada dos Gagos e as ruas do Frade de Cima, para se concretizarem as obras da forma mais breve possível. Sobre as obras nas infraestruturas do Mercado Municipal, esclareceu que as mesmas estavam previstas, tendo em parte sido desenvolvidas exclusivamente pelas Águas do Ribatejo, sem qualquer intervenção da Câmara Municipal em termos financeiros ou de maquinaria, e que a execução das outras duas da E- Rede e da Altice, tinham sido articuladas com tais empresas, sendo parte do investimento da responsabilidade das mesmas, cabendo à Câmara Municipal, essencialmente, abrir e fechar as valas, o que não seria um custo avultado em termos de investimento do Município de Alpiarça. Quanto à data de início da CAF, salientou que era uma situação que acontecia praticamente todos os anos, pois havia sempre um interregno entre o final das aulas e o início da CAF, que normalmente até era de uma semana, pela necessidade de serem preparados os espaços e organizadas as atividades, pelo que não era a primeira vez que tal situação sucedia e agora até era por menos tempo.-----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, dizendo que tinha dúvidas sobre se qualquer intervenção de restauro na Casa dos Patudos, não necessitava duma autorização expressa em termos da legislação aplicável pelo Ministério da Cultura, pois normalmente eram operações de grande complexidade, e muitas vezes a razão pela qual não se faziam intervenções, ou as mesmas demoravam mais tempo a fazer, era precisamente por se ficar à espera de um conjunto de pareceres e consultas a entidades credenciadas para operarem em termos de restauro, pelo que era sua intenção pedir uma informação ao Ministério da Cultura, relativamente àquela intervenção em concreto, pois tinha muitas dúvidas sobre a autonomia da Câmara Municipal para fazer determinado tipo de intervenções no Museu, sem recurso a profissionais acreditados e mediante pareceres do Ministério da Cultura. -----

--- Interveio o senhor Presidente, dizendo que o Ministério da Cultura devia era apoiar quem geria equipamentos com a dimensão e o peso, até do ponto de vista financeiro, da Casa dos Patudos, o que não fazia, mas de qualquer modo também iria internamente procurar perceber o que é que tinha sido, porque a autonomia era em grande medida, a da única entidade responsável pela Casa dos Patudos, que era o Município de Alpiarça, até porque mais nenhuma entidade dava qualquer tipo de apoio ao nível das intervenções no espaço.-----





Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

--- **Ponto 01 - Proposta – Cedência de terreno para afetação ao Domínio Público. Município de Alpiarça. Para Deliberação: Remeter à Assembleia Municipal:**-----

--- O senhor Presidente deu a palavra à senhora Engenheira Carla Cunha para apresentar a proposta.-----

--- A senhora Engenheira Carla Cunha explicou que se tratava de um arruamento que não dispunha na sua estrutura de espaço destinado ao estacionamento público e como a requerente tinha intenção de construir num terreno que era propriedade sua, a mesma tinha manifestado a intenção de ceder terreno ao domínio público, para a construção dessa infraestrutura na zona frontal do seu terreno. Explicou que os serviços se deslocaram ao local, e apuraram que para construir o estacionamento público, havia necessidade da requerente ceder sessenta e nove metros quadrados, o que mereceu a concordância da mesma, sendo que o assunto teria que ser presente também à Assembleia Municipal para aprovação. -----

--- Interveio o senhor Vereador António Moreira, dizendo que tinha percebido que o arruamento ia ficar com reentrâncias e como tal, questionava se isso ficaria bem. -----

--- A senhora Engenheira Carla respondeu que o arruamento ficaria mais funcional, porque nalgumas zonas passaria a ter integrada uma infraestrutura que não tinha sido considerada aquando da sua construção, que era o estacionamento público e em relação aos recortes na circulação dos passeios, havia várias situações idênticas na Vila, mas considerava que o importante era que o passeio se mantivesse ao longo de todo o arruamento sempre da mesma largura de modo a facilitar a circulação. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, questionando quantos lugares de estacionamento iriam ser criados naquela área, ao que a senhora Engenheira Carla Cunha respondeu que seria dois lugares. -----



--- A senhora Vereadora Sónia Sanfona continuou a intervenção, dizendo que a existência de reentrâncias no arruamento, para efeitos de criação de estacionamento público, tinham a vantagem de permitir que os veículos não ficassem estacionados na via pública, o que era importante, até porque em muitas ruas era difícil criar estacionamentos e as pessoas estacionavam na estrada, o que por vezes inviabilizava uma circulação normal do trânsito. Referiu, ainda, que tal solução também tinha desvantagens, nomeadamente, em relação a questões de mobilidade, embora essas desvantagens pudessem ser atenuadas, por exemplo, com a colocação nessas reentrâncias de pequenas rampas, que permitissem descer do passeio para o local de estacionamento, e depois outra pequena rampa, que permitissem dessa zona estacionamento subir para o passeio e retomar o curso, sendo que tal solução não implicava um grande investimento financeiro. -----

--- A senhora Engenheira Carla Cunha esclareceu que o minimizar em termos técnicos, não era feito na área do estacionamento, e que o estacionamento não era todo seguido, pois havia sempre passeio que o interrompia, sendo que em tais zonas de interrupção do passeio, era de facto possível no lancil criar uma zona com rampa e com a inclinação que a legislação recomendava, para acesso a pessoas com mobilidade reduzida. -----

--- Interveio o senhor Presidente dizendo que era importante ir fazendo gradualmente o estacionamento público, com facilidade de acesso a pessoas com mobilidade reduzida, mantendo a posição que já tinha sido seguida relativamente a uma situação muito idêntica na mesma rua.----

--- **Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade. Foi deliberado remeter a proposta a Assembleia Municipal para aprovação.**-----

--- **Ponto 02 – Proposta – Atribuição de Subsídio ao Centro Popular de Cultura e Recreio do Casalinho. Município de Alpiarça. Para Deliberação:**-----

--- O senhor Presidente deu a palavra ao senhor Vereador João Arraiolos para apresentar a proposta.-----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, explicando que o Centro Popular de Cultura e Recreio do Casalinho tinha solicitado à Câmara Municipal apoio para obras da sua sede, nomeadamente, a substituição de toda a cobertura e a modificação da estrutura do salão e



gabinetes de apoio da coletividade, sendo que algum trabalho já tinha sido desenvolvido e concluído, em grande parte com mão de obra voluntária por parte de todos os diretores e alguns colaboradores. Informou que a Coletividade pretendia, também, levar a efeito outro conjunto de investimentos, necessários para concluir tais obras, principalmente ao nível das pinturas das paredes, reparação do chão e recuperação de toda a parte da eletricidade, cuja estimativa em termos de investimento para a Coletividade andava na ordem dos oito mil euros, considerando apenas e só a aquisição de materiais, porque toda a mão de obra seria desenvolvida pelos próprios, sendo que a proposta era de atribuir um subsídio de quatro mil euros ao Centro Popular de Cultura e Recreio do Casalinho destinado a pinturas, recuperação de palco e toda a parte elétrica do edifício, conforme solicitado. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, dizendo que ficava satisfeita por perceber que as Associações e o movimento associativo do Concelho, tinham iniciativa e pretendiam cada vez mais crescer e melhorar as suas atividades, na maioria das vezes por iniciativa de trabalho voluntário, mas o Município tinha obrigação de seguir um conjunto de critérios de rigor, que lhe permitissem apresentar-se de uma forma equidistante, relativamente ao tratamento que dava a todas as Associações, mantendo uma atitude colaborativa, mas ao mesmo tempo de rigor, sendo que naquele caso concreto a Associação devia demonstrar o valor das obras que estava a fazer, mesmo não incluindo a mão de obra, ou seja, devia apresentar um documento no qual estivessem orçamentados os materiais. Frisou, também, que as Associações deviam ter um Plano de Atividades, que devia ser remetido à Câmara Municipal, para que pudesse ser monitorizado, sendo que não estava em causa o montante dos subsídios que o Município equacionasse atribuir, mas a forma como isso era feito. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos explicou que tinham realizado uma reunião com a Coletividade, onde tinha sido apresentada cópia dos orçamentos que substanciavam o valor em causa, embora pudessem também solicitar à Coletividade que fundamentasse melhor esse valor. Referiu que a Associação tinha desenvolvido alguma atividade, principalmente ao nível da organização das Festas do Casalinho, mas que nos últimos dois anos tal não tinha sido possível, em virtude da pandemia, e provavelmente era por esse facto que tinha surgido aquele pedido, pois caso tivessem conseguido realizar as festividades, talvez não tivessem necessitado daquele apoio,



pois teriam conseguido através do seu empenho e do seu trabalho angariar fundos suficientes para concluir as obras. Concluiu a intervenção informando que aquela Coletividade todos os anos apresentava o seu Plano de Atividades, fazendo inclusive parte das Associações às quais era atribuído o subsídio regular.-----

--- **Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

--- **Ponto 03 – Licença Especial de Ruído, com início às 20,00h e termo às 23,59h do dia 26/06/2021, para realização do evento “Musica ao Vivo - Miguel Barbosa”, a realizar no Jardim/Esplanada D. Dion, em Alpiarça. Requerente: Valter & Ana, Hotelaria, Lda. Para Deliberação:** -----

--- O senhor Presidente informou que se tratava de um pedido de licença especial de ruído para uma atividade de animação musical, a realizar na Esplanada do Jardim D. Dion, como já havia acontecido noutras ocasiões, sendo que os outros eventos realizados naquele local tinham corrido bem. -----

--- **Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

--- **Ponto 04 – Proposta – Revisão Orçamental N.º 2. Município de Alpiarça. Para Deliberação: Remeter à Assembleia Municipal:** -----

--- O senhor Presidente deu a palavra ao senhor Vereador João Arraiolos, que explicou que as revisões orçamentais estavam devidamente regulamentadas e enquadradas, quer no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, quer também no novo SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública. Explicou que a revisão orçamental em causa se prendia com um conjunto de rubricas, que tinham sido identificadas pelos serviços como sendo necessário o seu reforço, e de outras em que se estimava que não fosse necessária a verba nelas contida, sendo que a proposta deveria ser submetida à Assembleia Municipal para aprovação. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, questionando sobre qual era o sistema ao abrigo do qual estava a ser efetuada a revisão, ou seja, ao abrigo do POCAL ou do SNC-AP, ao que o senhor Dr. Nuno Paulino respondeu que a revisão estava a ser feita ao abrigo do SNC-AP. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, perguntando o motivo pelo qual tinha havido necessidade de criar a rubrica locação de edifícios, se já existia nas contas uma rubrica de locação de edifícios, ao que o Dr. Nuno Paulino esclareceu que a rubrica era de locação de bens.-----

--- **Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores Vereadores do PS. Foi ainda deliberado remeter a proposta à Assembleia Municipal.**-----

--- **Ponto 05 – Prestação de Contas do Ano de 2020. Município de Alpiarça. Para Deliberação: Remeter à Assembleia Municipal:**-----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referindo que a prestação de contas do ano dois mil e vinte estava devidamente enquadrada com o novo normativo contabilístico, o SNC-AP, sendo da competência do Executivo Municipal apresentar a prestação de contas e remetê-la à Assembleia Municipal, para apreciação e votação. Explicou que o ano de 2020 era o ano pioneiro do SNC-AP, o que tinha criado alguns constrangimentos na maioria dos Municípios, quer na parte do suporte informático, pelas constantes alterações e adaptações às situações que iam surgindo, quer também pela requalificação que tinha sido necessário fazer de milhares de bens inventariados. Continuou a intervenção, frisando que o ano de dois mil e vinte tinha sido o primeiro ano completo em que o Município não tinha estado em excesso de endividamento, e explicou que a execução orçamental da receita era de oitenta e cinco vírgula noventa e quatro por cento (85,94%), e tinham um resultado líquido positivo de duzentos e setenta e seis mil e noventa euros e oitenta e quatro cêntimos, sendo que o limite da dívida total apresentava uma margem de quarenta e nove por cento (49%). -----

--- A senhora Vereadora Sónia Sanfona começou a sua intervenção, referindo que tinha constatado pela leitura da lei, que o prazo para apresentação das contas tinha sido dilatado até ao dia trinta de junho do corrente ano, para efeitos de aprovação pelo órgão deliberativo e remessa ao Tribunal de Contas, sendo que a apreciação das contas pelo órgão executivo deveria cumprir o prazo que estava afixado anteriormente, embora existissem entendimentos em sentido diverso, e como tal não levantava objeções à apresentação do ponto naquela reunião, mas questionava como é que o Executivo iria conseguir remeter o processo ao Tribunal de Contas dentro do prazo fixado, já que a Assembleia Municipal só se iria realizar naquela noite e provavelmente não iria terminar antes da

meia-noite. Disse, ainda, que o Relatório de Gestão era o único documento que tinha conseguido analisar, e que o prazo dado aos Vereadores da oposição para analisarem os documentos era curto, até porque um dos documentos tinha cerca de trezentas páginas, o que dificultava a sua análise, tanto mais que os mesmos não estavam paginados. Por fim, referiu que não tinha encontrado na documentação o parecer do ROC, que julgava que teria de acompanhar as contas. -----

--- Interveio o senhor Vereador João Arraiolos, esclarecendo que o parecer do ROC só era emitido após aprovação.-----

--- A senhora Vereadora Sónia Sanfona continuou a intervenção, frisando que tinha noção que em geral o valor das receitas orçamentadas não era cumprido e que na elaboração de orçamentos havia, muitas vezes, a necessidade de inscrever despesa, ou seja, de empolar orçamentos, o que criava o risco de não se olhar para a realidade efetiva, mas para uma realidade que era mais ou menos virtual. Disse que havia no documento uma referência relativa ao desvio (no bom sentido) de parte de fundos municipais, para investir em meios e equipamentos no combate à pandemia, bem como no apoio às famílias e empresas, e que no dia dezoito de junho tinha sido publicada a abertura de candidaturas a verbas do Fundo de Solidariedade União Europeia, que se destinavam exatamente a financiar tais despesas, pelo que o Município poderia vir a ser ressarcido se não da totalidade, pelo menos de uma parte substancial das despesas que tinha tido com o combate à pandemia. Em relação à diminuição da dívida global, referiu que tais contas estavam sempre sujeitas a interpretações diferentes, e chamou a atenção que estavam a falar das contas de dois mil e vinte, sendo que durante tal período o Município estava sujeito ao plano de saneamento financeiro, ou seja, a amortização dos valores da dívida era obrigatória para efeitos de cumprimento do saneamento financeiro, pelo que a diminuição do montante do endividamento era um desígnio que surgia efetivamente da subscrição do Plano de Saneamento, não obstante referir-se no documento que resultava de um conjunto de projetos importantes e do investimento do Município. Frisou que, independentemente do rácio de endividamento ser maior ou menor, dentro dos limites que estavam fixados na lei, a gestão corrente do Município tinha que continuar a existir, o funcionamento básico da Autarquia e a resposta dos serviços fundamentais a prestar à população tinham que ser dados, pois se isso não acontecesse a necessidade da Autarquia era posta em causa. Em relação ao facto de se alegar que a consolidação financeira só agora tinha



permitido executar um conjunto de investimentos, salientou que tal argumento não era exatamente verdade, porque os investimentos estavam maioritariamente, se não exclusivamente, previstos para serem realizados no último ano de mandato, ou seja, já tinham passado doze anos, a consolidação financeira já se estava a fazer havia algum tempo, o Município já tinha saído do endividamento excessivo há alguns anos, pelo que não se podia argumentar que o caminho da consolidação financeira só no último mandato tinha permitido fazer alguma coisa. Registou que boa parte do aumento da receita da Câmara Municipal se devia aos impostos diretos, e em particular ao IMI, porque a derrama tinha tido uma quebra substancial. Solicitou esclarecimentos sobre alguns pontos, nomeadamente, sobre a evolução das receitas decorrentes de rendimentos da propriedade, que tinham aumentado substancialmente, pelo que pretendia saber qual o motivo de tal oscilação. Continuou a intervenção, dizendo que na despesa uma das rubricas que mais tinha aumentado era a de prestação de serviços, devendo-se tal aumento em particular aos pagamentos à Ecolozéria, o que não compreendia, já que tinha sido contraído um empréstimo de substituição de tal dívida. Questionou o motivo pelo qual se tinha diminuído substancialmente o valor da formação, quando até tinha havido inúmera formação para os funcionários públicos, ministrada online por diversos organismos. Frisou que havia, também, um decréscimo em publicidade e que os documentos demonstravam a existência de um conjunto de compromissos e responsabilidades assumidos para os anos seguintes, como por exemplo na rubrica de pessoal em funções, que para dois mil e vinte um previa um valor de um milhão quinhentos e quarenta mil euros, para dois mil e vinte e dois o valor de um milhão quinhentos e quarenta e cinco, e depois não havia previsão nem para dois mil e vinte e três, nem para dois mil e vinte e quatro, ou seja, a previsão era feita até dois mil e vinte e dois, e como tal, questionava se existia alguma razão especial para isso. Chamou, igualmente, a atenção para os passivos financeiros que estavam previstos para dois mil e vinte e um, para dois mil e vinte e dois, e depois para dois mil e vinte e três e para dois mil e vinte e quatro, sendo que para os anos seguintes já nada se dizia. Salientou que havia uma quebra substancial da receita cobrada em dois mil e dezanove comparativamente a dois mil e vinte, e que da despesa total paga resultava também um diferencial grande. Disse, também, que havia uma outra situação que lhe tinha chamado particularmente a atenção, que tinha a ver com a evolução do ativo e solicitou esclarecimentos sobre os componentes do ativo





que estavam logo na primeira rubrica, os ativos fixos tangíveis, nomeadamente, sobre o facto de se referir que tinha havido um aumento de dois mil e dezanove para dois mil e vinte, que se devia sobretudo ao lançamento do património aquando a transição do POCAL do espólio da Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça, pelo que questionava se tal ativo não existia anteriormente, independentemente da transição do POCAL para o SNC-AP.-----

--- Interveio o Dr. Nuno Paulino que respondeu que tal ativo anteriormente não estava lançado nas contas, bem como outros prédios que também não estavam lançados contabilisticamente nas contas, como era o caso dos prédios dos legados, sendo que de acordo com as novas normas do SNC-AP, tinha sido utilizado o valor património tributário para efetuar tal lançamento. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, para pedir esclarecimentos sobre no que se traduziam as rubricas das propriedades de investimento, da proteção do meio ambiente e conservação da natureza, e em relação à cultura, desporto e recreio e lazer, que apresentavam valores substanciais, também solicitou esclarecimentos sobre no que é que os mesmos se traduziam. Em relação à evolução do quadro pessoal, chamou a atenção para o aumento substancial verificado nos últimos quatro anos, no mapa de pessoal do Município, que tinha passado de cento e quarenta trabalhadores, com contrato de trabalho funções públicas por tempo indeterminado em dois mil e dezassete, para cento e setenta e um em dois mil e vinte. Terminou a intervenção, concluindo que o documento era extenso e tinha um carácter eminentemente técnico, sendo que em quarenta e oito horas era muito difícil de conseguir fazer a sua análise.-----

--- Tomou a palavra o senhor Vereador João Arraiolos, para frisar que a taxa de execução orçamental atualmente se situava nos oitenta e seis por cento, e nos últimos anos, por norma, rondava sempre percentagens acima dos oitenta e cinco por cento, ao contrário do que tinha sucedido nos mandatos do Partido Socialista, em que a taxa de execução andava em regra na ordem dos sessenta por cento em termos execução orçamental. Disse, também, que o facto de terem diminuído a dívida, ao longo de todo aquele período, tinha efetivamente impedido a realização de mais investimento, pois se as verbas não tivessem sido para pagar a dívida, teriam sido claramente destinadas a um conjunto de investimentos que eram necessários para a população, e como tal, aquele fator não deixava de ser um elemento que tinha que constar na análise das contas. Esclareceu que o Município só em dois mil e dezanove é que tinha conseguido



ficar fora do excesso de endividamento, e tinha sido preparado um plano de investimentos com base na legislação em vigor à época, que permitia apenas o endividamento de vinte por cento da margem bruta, que depois foi alterada pela legislação publicada em Agosto do ano transato, e que criou uma exceção para o ano de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, em virtude da pandemia, mas apesar disso tinha sido mantido o mesmo volume de investimento. Em relação ao empréstimo para o pagamento à EcoLezíria, lembrou que o mesmo tinha sido feito no ano de dois mil e vinte, e como tal era uma receita que entrava no momento em que se tinha concretizado o empréstimo, e que teve que ser corrigida, porque só era possível prever em determinadas rubricas aquelas receitas que estavam devidamente contratualizadas. Explicou que o valor relativo à publicidade tinha descido, essencialmente porque não tinham sido feitos os serviços da Alpiagra contabilizados como publicidade, e também que a previsão para os anos seguintes e a receita cobrada do ano dois mil e dezanove, para o ano dois mil e vinte tinha a ver com o empréstimo de substituição de dívida do plano de saneamento, que era um valor que tinha entrado na despesa e na receita no ano em que se tinha efetivado a substituição de dívida.-----

--- Interveio o Dr. Nuno Paulino, explicando que o registo de propriedade tinha a ver com a renda da EDP que rondava os sessenta e nove mil euros, e também com a renda dos terrenos que estavam na posse do Município. Disse que as receitas de capital se relacionavam com os empréstimos, e as outras transferências tinham a ver com diversas situações como as transferências de competências relacionados com a Educação, com as transferências do DESIR, com o contrato-programa do CRO, com a limpeza da Vala. Em relação às participações financeiras, explicou que tinham a ver com os ajustamento na participação que a Câmara Municipal tinha nas Águas do Ribatejo.-----

--- **Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores Vereadores do PS. Foi, ainda, deliberado remeter a proposta à Assembleia Municipal.** -----

--- **Ponto 06 – Minuta de Contrato Empreitada de Obras Públicas de “Requalificação da Escola E2,3/S – José Relvas de Alpiarça”. Município de Alpiarça. Para Deliberação:** -----

--- Tomou a palavra o senhor Vereador João Arraiolos, para explicar que na sequência da última deliberação relacionada com a empreitada de requalificação da Escola EB2,3/S José Relvas de



Alpiarça e da adjudicação da obra a outro empreiteiro, havia necessidade de aprovar a minuta do contrato, até porque para além do construtor ser diferente, também os valores eram ligeiramente diferentes, apesar do restante clausulado ser todo praticamente semelhante ao da minuta anterior.

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, para questionar se o contrato podia ter execução material ou financeira, antes da aprovação do Tribunal de Contas, ao que o senhor Vereador João Arraiolos respondeu que após a assinatura do contrato, a intenção era a de aguardar pelo visto do Tribunal de Contas e só depois iniciar a obra.-----

--- **Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE-----

--- Não houve intervenções do público.-----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram dezoito horas e trinta minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.-----

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara Municipal

Mário Fernando A. Pereira

O Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação

Celestino Tomás Pereira Brasileiro

